REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE GUARATUBA - PR

CAPÍTULO I

- DA NATUREZA E FINALIDADE -

Art. 1º - O Conselho Municipal de Saúde - COMUS - de Guaratuba, é um órgão de instância máxima colegiada, deliberativa, consultiva e de natureza permanente, criado pela Lei Municipal nº 641 de 9 de setembro de 1991, alterada pelas Leis Municipais nº1.302 de 21 de dezembro de 2007 e nº1.315 de 19 de fevereiro de 2008; em conformidade com as disposições estabelecidas nas Leis Federais nº8.080 de 19 de setembro de 1990 e 8.142 de 28 de dezembro de 1990.

Art. 2º - O COMUS, tem por finalidade atuar e deliberar na formulação e controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social em toda a sua amplitude, no âmbito dos setores público e privado.

CAPÍTULO II

- DAS COMPETÊNCIAS -

Art. 3º - Compete ao COMUS:

I - Atuar na formulação e no controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros, e nas estratégias para sua aplicação aos setores público e privado;

II - Deliberar, analisar, controlar e apreciar os modelos de atenção a saúde da população e de gestão do funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS, no nível municipal;

III - Aprovar, controlar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Saúde;

IV - Estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração de planos de saúde do SUS, no âmbito municipal, em função dos princípios que o regem e de acordo com as características

epidemiológicas, das organizações dos serviços em cada instância administrativa. (Art. 37 da Lei 8.080/90); e em consonância com as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde;

V - Participar da regulação e do Controle Social do setor privado da área de saúde;

VI - Propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do SUS;

VII - Aprovar a proposta setorial da saúde no Orçamento Municipal;

VIII - Criar, coordenar e supervisionar Comissões Intersetoriais e outras que julgar necessárias, inclusive Grupos de Trabalho, integradas pelas secretarias e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil;

IX - Deliberar sobre propostas de normas básicas municipais para operacionalização do SUS;

X - Estabelecer instruções e diretrizes gerais e aprovar parâmetros municipais quanto a política de recursos humanos para a saúde;

XI - Definir diretrizes e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos financeiros do SUS, no âmbito municipal, e do Fundo Municipal de Saúde, oriundos das transferências do orçamento da União e da Seguridade Social, do orçamento estadual, 15% do orçamento municipal, como decorrência do que dispõe o artigo 30, VII, da Constituição Federal e a Emenda Constitucional Nº 29/2000;

XII - Aprovar o regimento, a organização e as normas de funcionamento das Conferências Municipais de Saúde, reunidas ordinariamente a cada 2 (dois) e convocá-las, extraordinariamente, na forma prevista pelo parágrafo 1º e 5º do Art. 1º da Lei nº 8.142/90;

XIII - Aprovar os critérios e o repasse de recursos do Fundo Municipal de Saúde para o Fundo da Secretaria Municipal de Saúde e a outras instituições e respectivo cronograma e acompanhar sua execução;

XIV - Incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Câmara de Vereadores e mídia, bem como com setores relevantes não representados no Conselho;

XV - Articular-se com outros conselhos setoriais com o propósito de cooperação mútua e de estabelecimento de estratégias comuns para o fortalecimento do sistema de participação e Controle Social;

XVI - Acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de saúde, visando à observação de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sócio-cultural do município;

XVII - Cooperar na melhoria da qualidade da formação dos trabalhadores da saúde;

XVIII - Divulgar suas ações através dos diversos mecanismos de comunicação social;

XIX - Estimular a participação e o controle popular através da sociedade civil organizada, nas instâncias colegiadas gestoras das ações de saúde em nível distrital regional e de unidades;

XX - Manifestar-se sobre todos os assuntos de sua competência;

XXI - Elaborar, aprovar e alterar o seu Regimento Interno.

CAPÍTULO III

- ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO -

Art. 4º - O COMUS tem a seguinte organização:

I - PLENÁRIO

II - COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

III - SECRETARIA EXECUTIVA

Seção I

- PLENÁRIO -

Art. 5º - O Plenário do COMUS é o fórum de deliberação plena e conclusiva, configurado por Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, de acordo com requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento.

Art. 6º - A composição do plenário será conforme Art. 4º da Lei Municipal nº1.302/07 e Art. 1º da Lei Municipal nº1.315/08 garantida sempre a paridade dos usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos (lei 8.142/90).

Art. 7º - A representação dos órgãos e entidades inclui um titular e um suplente.

Parágrafo Único - Na presença do titular o suplente terá direito a voz e não ao voto nas reuniões.

Art. 8º - Os representantes dos segmentos e/ou órgãos integrantes do COMUS terão mandato de 2 (dois) anos, com direito a recondução, ficando a critério dos segmentos e/ou órgãos, a substituição ou manutenção dos Conselheiros que as representam, a qualquer tempo, excetuando os casos previstos nos parágrafos 1º, 2º e 5º deste artigo.

§ 1º - Será dispensado, automaticamente, o conselheiro que deixar de comparecer sem justificativa a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas no período de um ano civil;

§ 2º - Para os fins previstos no parágrafo anterior não será considerada ausência do titular quando este for substituído na reunião pelo suplente.

§ 3º - No caso do segmento/órgão desistir de sua participação no COMUS deve informar por escrito ao Presidente do COMUS e a vaga deverá ser preenchida imediatamente, respeitado o disposto no Art. 4º da Lei 1.302/07, com aprovação em plenário por maioria simples e nomeação pelo Prefeito Municipal.

§ 4º - As justificativas de ausências deverão ser apresentadas por escrito na Secretaria

Executiva do COMUS até 3 (três) dias úteis após a reunião.

§ 5º - A perda do mandato poderá ser declarada, por maioria absoluta, pelo Plenário do COMUS nos casos específicos de falta de decoro definida pelo Plenário.

Art. 9º - O COMUS reunir-se-á ordinariamente, mensalmente, e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou em decorrência de requerimento da maioria absoluta dos seus membros.

§ 1º - As reuniões serão iniciadas com a presença mínima da metade mais um dos seus membros em primeira convocação e 15 (quinze) minutos após, em segunda convocação, com qualquer número, observando-se a maioria simples dos votos presentes para as decisões tomadas;

§ 2º - Cada membro terá direito a um voto, observado o disposto no artigo 7º § único deste Regimento.

§ 3º - O Secretário Municipal de Saúde integrará o COMUS na condição de membro nato, com direito a voz e apenas ao voto de qualidade, que será exercido em caso de empate;

Subseção I

- Da Composição do Conselho Municipal de Saúde -

Art.10 - O COMUS será composto por Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Vice-Secretário, eleitos pelos pares, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução sucessiva.

Art.11 - O **Presidente**, e na sua ausência o Vice-Presidente, terá as seguintes atribuições:

I – Abrir as reuniões ordinárias e extraordinárias do COMUS dando-lhe o encaminhamento necessário em conformidade com este Regimento Interno;

II - Interpretar o Regimento Interno nas questões de ordem; nos casos omissos, se julgar necessário pode valer-se de assessoria jurídica ou legislativa, submetendo o parecer ao Plenário do COMUS;

III - Participar da Comissão Executiva ou indicar seu representante legal;

IV – Representar o COMUS externamente, e na impossibilidade de ambos deverá indicar alguém;

V - Fazer os encaminhamentos pertinentes à boa conduta da reunião, fazendo cumprir horários, tempos e a pauta previamente definida;

VI - Indicar, previamente, o Presidente do Conselho quando a sua ausência for concomitante à do Vice-Presidente;

VII - Fazer cumprir a ordem das inscrições, controlando o tempo estabelecido das falas, podendo propor ao Plenário encerrar as inscrições quando entender que o tema já foi suficientemente debatido e interromper a fala do Conselheiro quando o mesmo exceder ao seu tempo;

VIII - Propor, caso necessário, a alteração da ordem dia, mudando a ordem das matérias ou introduzindo novos itens, a ser votado pelo Plenário do COMUS;

IX - Encaminhar para efeito de divulgação pública as resoluções, recomendações e moções emanadas do plenário, nas reuniões por ele presididas;

X - Delegar competências aos membros do Conselho;

XI - Fazer o encerramento da reunião.

Parágrafo único – O Presidente do COMUS terá direito apenas ao voto nominal, tendo a prerrogativa de deliberar em casos de extrema urgência, submetendo sua decisão à ratificação do Plenário.

Art. 13 - O **Secretário** terá as seguintes atribuições:

I - Contribuir com a elaboração das atas, resoluções, recomendações e moções do conselho.

II - Acompanhar a manutenção do arquivo do conselho.

Art. 14 - O Vice-Secretário substituirá o secretário na sua ausência e terá as mesmas atribuições.

Art. 15 - Aos **Conselheiros** incumbe:

I - Zelar pelo pleno e total desenvolvimento das atribuições do COMUS;

II - Estudar e relatar, nos prazos pré-estabelecidos, matérias que lhes forem distribuídas, podendo valer-se de assessoramento técnico e administrativo;

III - Apreciar e deliberar sobre matérias submetidas ao Conselho para votação;

IV - Apresentar moções ou proposições sobre assuntos de interesse da saúde;

V – Requerer, por escrito, votação de matéria em regime de urgência;

VI - Acompanhar e verificar o funcionamento dos serviços de saúde no âmbito do SUS, dando ciência ao Plenário;

VII - Apurar e cumprir determinações quanto as investigações locais sobre denúncias remetidas ao Conselho, apresentando relatórios da missão;

VIII - Desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento do seu papel e ao funcionamento do Conselho;

IX - Construir e realizar o perfil duplo do Conselheiro - de representação dos interesses específicos do seu segmento social ou governamental e de formulação e deliberação coletiva no órgão colegiado, através de posicionamento a favor dos interesses da população usuária do SUS.

Subseção II

= Do Funcionamento -

Art. 16 - A **pauta** da reunião ordinária constará de:

I - discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

II - informes dos Conselheiros e apresentação de temas relevantes para o conhecimento da plenária.

III - ordem do dia constando dos temas previamente definidos e preparados, sendo obrigatório um tema da agenda básica anual aprovada pelo COMUS, nos termos que estabelece o item V deste artigo;

IV - deliberações;

V - definição da pauta da reunião seguinte;

VI - encerramento.

§ 1º - Os informes e apresentação de temas não comportam discussão e votação, somente esclarecimentos breves. Os Conselheiros que desejarem apresentar informes devem inscrever-se logo após a leitura e aprovação da ata anterior.

§ 2º - Para apresentação do seu informe cada conselheiro inscrito disporá de 3 (*três*) minutos prorrogáveis a critério do plenário. Em caso de polêmica ou necessidade de deliberação, o assunto deverá passar a constar da ordem do dia da reunião ou ser pautado para a próxima, sempre a critério do Plenário.

§ 3º - A definição da ordem do dia, partirá da relação dos temas básicos aprovados anualmente pelo Plenário, dos produtos das comissões e das indicações dos conselheiros ao final de cada Reunião Ordinária.

§ 4º - Sem prejuízo do disposto no § 3º deste artigo, a Secretaria Executiva poderá proceder a seleção de temas obedecidos os seguintes critérios:

- a) Pertinência (inserção clara nas atribuições legais do Conselho)
- b) Relevância (inserção nas prioridades temáticas definidas pelo Conselho)
- c) Tempestividade (inserção no tempo oportuno e hábil)
- d) Precedência (ordem da entrada da solicitação).

§ 5º - Cabe à Secretaria Executiva a preparação de cada tema da pauta da ordem do dia, com documentos e informações disponíveis, inclusive destaques aos pontos recomendados para deliberação, a serem distribuídos pelo menos *uma semana* antes da reunião, sem o que, salvo a critério do plenário, não poderá ser votado.

Art. 17 - As **Deliberações** do COMUS, observado o *quorum* estabelecido, serão tomadas pela maioria simples de seus membros, mediante:

I - **Resoluções** homologadas pelo Prefeito Municipal sempre que se reportarem a responsabilidades legais do Conselho;

II - Recomendações sobre tema ou assunto específico que não é habitualmente de sua responsabilidade direta, mas é relevante e/ou necessário, dirigida a ator ou atores institucionais de quem se espera ou se pede determinada conduta ou providência;

III - Moções que expressem o juízo do Conselho, sobre fatos ou situações, com o propósito de manifestar reconhecimento, apoio, crítica ou oposição;

§ 1º - As deliberações serão identificadas pelo seu tipo e numeradas correlativamente.

§ 2º - As deliberações serão materializadas em Resoluções mediante homologação pelo Prefeito Municipal e publicadas em jornal de circulação no Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após sua aprovação pelo Plenário.

§ 3º - Na hipótese de não homologação pelo Prefeito Municipal a matéria deverá retornar ao COMUS na reunião seguinte, acompanhada de justificativa e proposta alternativa, se de sua conveniência. O resultado da deliberação do Plenário será novamente encaminhado ao Prefeito Municipal e publicada em jornal de circulação no município, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após sua aprovação pelo Plenário.

§ 4º - A não homologação, nem manifestação pelo Prefeito Municipal em 30 (trinta) dias após o recebimento da decisão, demandará solicitação de audiência especial do Prefeito com a Comissão de Conselheiros especialmente designada pelo Plenário e na impossibilidade desta, poderá recorrer ao Ministério Público;

§ 5º - As resoluções, atas das reuniões ordinárias e extraordinárias, moções, notas a imprensa, recomendações sobre temas específicos e demais deliberações do plenário do COMUS, serão publicadas em jornal de circulação no Município, dentro do prazo de 10 (dez) dias após sua aprovação pelo COMUS;

§ 6º - Analisadas e/ou revistas as Resoluções, seu texto final será novamente encaminhado para homologação e publicação devendo ser publicado no prazo máximo de 7 (sete) dias.

Art. 18 - As Reuniões do COMUS, observada a legislação vigente, terão as seguintes rotinas para ordenamento de seus trabalhos:

I - As matérias pautadas, após o processo de exame preparatório serão apresentadas preferencialmente por escrito, destacando-se os pontos essenciais, seguindo-se a discussão e, quando for o caso, a deliberação;

II - As votações devem ser apuradas pela contagem de votos a favor, contra e abstenções, mediante manifestação expressa de cada conselheiro, ficando excluída a possibilidade de votação secreta;

III - A recontagem dos votos deve ser realizada quando o presidência da Plenária julgar necessária ou quando solicitada por um ou mais conselheiros.

IV - A questão de ordem é direito exclusivamente ligado ao cumprimento dos dispositivos regimentais e legais.

V - Por proposta do Plenário a pauta da reunião terá um horário-teto máximo, sendo que cada tema da pauta terá também seu teto previamente fixado, por deliberação do Plenário.

VI - O Conselheiro que desejar fazer uso da palavra deve inscrever-se junto ao Secretário Geral, que informará ao Presidente do Conselho ou seu substituto a ordem de inscrições.

VII - O Plenário poderá, em função do limite de tempo ou por entender terem-se esgotados os argumentos, encerrar as inscrições.

VIII - Cada Conselheiro disporá de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para o uso da palavra, abordando o tema em discussão.

IX - Em assuntos onde houverem duas propostas far-se-á o encaminhamento de no máximo duas manifestações a favor e contra, com tempo de 5 (cinco) minutos para cada encaminhamento, prorrogáveis à critério do Plenário.

X - Na fase de votação não cabem questões de ordem ou de encaminhamento.

Art. 19 - As reuniões do Plenário devem ser gravadas e das atas devem constar:

I - relação dos participantes seguida do nome de cada membro com a menção da titularidade (titular ou suplente) e do órgão ou entidade que representa, inclusive convidados quando houver e justificativas de faltas quando houver;

II - resumo de cada informe, onde conste de forma sucinta o nome do Conselheiro e o assunto ou sugestão apresentada;

III - relação dos temas abordados na ordem do dia com indicação do(s) responsável(eis) pela apresentação e a inclusão de alguma observação quando expressamente solicitada pelo(s) Conselheiro(s);

IV - as deliberações tomadas, inclusive quanto a aprovação da ata da reunião anterior aos temas a serem incluídos na pauta da reunião seguinte, registrando o número de votos contra, a favor e abstenções, incluindo votação nominal quando solicitada;

§ 1º - O teor integral das matérias tratadas nas reuniões do Conselho estarão disponíveis na secretaria executiva em gravação e/ou em cópia de documentos apresentados;

§ 2º - A Secretaria Executiva providenciará a remessa de cópia da ata de modo que cada Conselheiro possa recebê-la, no mínimo, 7 (sete) dias antes da reunião em que será apreciada;

§ 3º - As emendas e correções à ata serão entregues pelo(s) Conselheiro(s) na Secretaria Executiva até o início da reunião que a apreciará.

§ 4º - A ata das reuniões devem ser encaminhadas á Promotoria.

Art. 20 - O Plenário do COMUS pode fazer-se representar perante instâncias e fóruns da sociedade e do governo através de um ou mais conselheiros designados pelo Plenário com delegação específica.

Seção II

- COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO -

Art. 21- Serão criadas **comissões** permanentes e temporárias estabelecidas pelo Plenário do COMUS, tendo por finalidade articular políticas e programas de interesse para a saúde, cujas execuções envolvam áreas não integralmente compreendidas no âmbito do SUS, em especial:

I – Alimentação e Nutrição;

II - Saneamento e Meio Ambiente;

III - Vigilância Sanitária e fármaco-epidemiológica;

IV - Recursos Humanos;

V – Ciência e Tecnologia;

VI - Programas Federais

VII – Comissão de Orçamento e Finanças, em cumprimento ao disposto na Lei Federal 8.142/90.

Parágrafo único – Os incisos VI e VII deste artigo deverão ser mantidos em caráter permanente.

Art. 22 - A critério do Plenário, poderão ser criadas outras Comissões e Grupos de Trabalho em caráter permanente ou transitório que terão caráter essencialmente complementar à atuação do COMUS, articulando e integrando os órgãos, instituições e entidades que geram os programas, suas execuções, e os conhecimentos e tecnologias afins, recolhendo-os e processando-os, visando a produção de subsídios, propostas e recomendações ao Plenário do COMUS.

Parágrafo único - Em função das suas finalidades, as Comissões e Grupos de Trabalho têm como clientela exclusiva o Plenário do COMUS que lhes encomenda objetivos, planos de trabalho e produtos e que poderá delegar-lhes a faculdade para trabalhar com outras entidades.

Art. 23 - As Comissões e Grupos de Trabalho de que trata este Regimento serão constituídas pelo COMUS, contando cada membro com respectivo suplente, que o substituirá nos seus impedimentos, ambos aprovados pelo Plenário do COMUS e designados pelo Presidente do Conselho, conforme recomendado a seguir:

I – Comissões - até 4 (quatro) membros efetivos, desde que aprovados por 2/3 dos seus membros;

II - Grupos de Trabalho - até 5 (cinco) membros efetivos, têm a finalidade de fornecer subsídios de ordem técnica, administrativa, econômico-financeira e jurídica com prazo determinado de funcionamento, não necessitam ser obrigatoriamente conselheiros, podendo inclusive ser composta por convidados externos, mas suas atividades terão um Conselheiro especialmente indicado para integrá-las.

§ 1º - As Comissões e Grupos de Trabalho serão dirigidas por um Coordenador designado pelo Plenário do COMUS, que coordenará os trabalhos, com direito a voz e voto, sendo que, no caso das Comissões, a coordenação será exercida por um Conselheiro indicado pelo Plenário e um Coordenador-Adjunto escolhido pela própria Comissão.

§ 2º - Nenhum Conselheiro poderá participar simultaneamente de mais de 2 (duas)

Comissões Permanentes;

§ 3º - Será substituído o membro da Comissão ou Grupo de Trabalho que faltar, sem justificativa apresentada até 48 horas após a reunião, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 4 (quatro) intercaladas no período de 1 (um) ano. A Secretaria Executiva comunicará ao COMUS para providenciar a sua substituição.

Art. 24 - A constituição e funcionamento de cada Comissão e Grupo de Trabalho serão estabelecidos em Resolução específica e deverão estar embasados na explicitação de suas finalidades, objetivos, produtos, prazos e demais aspectos que identifiquem claramente a sua natureza.

Parágrafo único - os locais de reunião das Comissões e Grupos de Trabalho serão escolhidos segundo critérios de praticidade.

Art. 25 - Aos **coordenadores** das Comissões e Grupos de Trabalho incumbe:

I - Coordenar os trabalhos;

II - Promover as condições necessárias para que a Comissão ou Grupo de Trabalho atinja a sua finalidade, incluindo a articulação com os órgãos e entidades geradores de estudos, propostas, normas e tecnologias;

III - Designar secretário *ad hoc* para cada reunião;

IV - Apresentar relatório conclusivo ao Secretário Executivo, sobre matéria submetida a estudo para encaminhamento ao plenário do COMUS;

V - Assinar as atas das reuniões e as recomendações elaboradas pela Comissão ou Grupo de Trabalho encaminhando-as ao Plenário do COMUS.

Art. 26 - Aos **membros** das Comissões ou Grupo de Trabalho incumbe:

I - Realizar estudos, apresentar proposições, apreciar e relatar as matérias que lhes forem distribuídas;

II - Requerer esclarecimentos que lhes forem úteis para melhor apreciação da matéria;

III - Elaborar documentos que subsidiem as decisões das Comissões ou Grupos de Trabalho.

Sessão III

- SECRETARIA EXECUTIVA -

Art. 27 - O COMUS terá uma **Secretaria Executiva** diretamente subordinada ao seu Presidente.

Parágrafo único - A Secretaria Executiva é órgão vinculado ao Secretário Municipal de Saúde, tendo por finalidade a promoção do necessário apoio técnico-administrativo ao Conselho,

suas Comissões e Grupos de Trabalho, fornecendo as condições para o cumprimento das competências legais expressas nos Capítulos I e II deste Regimento.

Art. 28 - São atribuições da **Secretaria Executiva**:

I - Preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário do Conselho, incluindo convites a apresentadores de temas previamente aprovados, preparação de informes, remessas de material aos Conselheiros e outras providências;

II - Acompanhar as reuniões do Plenário, assistir ao Presidente da mesa e anotar os pontos mais relevantes visando a checagem da redação final da ata;

III - Dar encaminhamento às conclusões do Plenário, inclusive revendo a cada mês a implementação de conclusões de reuniões anteriores;

IV - Acompanhar e apoiar os trabalhos das Comissões e Grupos de Trabalho inclusive quanto ao cumprimento dos prazos de apresentação de produtos ao Plenário;

V - Despachar os processos e expedientes de rotina;

VI - Acompanhar o encaminhamento dado às Resoluções, Recomendações e Moções emanadas do Conselho e dar as respectivas informações atualizadas durante os informes do COMUS.

VII - Promover, coordenar e participar do mapeamento e recolhimento de informações e análises estratégicas produzidas nos vários órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Sociedade, processando-as e fornecendo-as aos Conselheiros na forma de subsídios para o cumprimento das suas competências legais;

VIII - Cuidar da edição e distribuição das comunicações emanadas pelo COMUS, bem como o controle do correio eletrônico do mesmo;

IX - Organizar, promover e acompanhar os cursos, programas e atividades concernentes à formação de Conselheiros no âmbito do município;

X - Exercer o controle administrativo referentes às atividades do COMUS;

XI - Elaborar, submetendo-a ao COMUS, a proposta orçamentária para o funcionamento do Conselho;

XII - Elaborar, submetendo-a ao COMUS, a proposta orçamentária para a organização e instalação da Conferência Municipal de Saúde.

Art. 29 - São atribuições do **Coordenador** da Secretaria Executiva:

I - Instalar as Comissões e Grupos de Trabalho;

II - Representar, promover e praticar todos os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do COMUS e de suas Comissões e Grupos de Trabalho, pertinentes a orçamento, finanças, serviços gerais e pessoal; dirigir, orientar e supervisionar os serviços da Secretaria;

III - Participar da mesa assessorando o Presidente nas reuniões Plenárias;

IV - Despachar com o COMUS os assuntos pertinentes ao Conselho;

V - Articular-se com os Coordenadores das Comissões e Grupos de Trabalho para fiel desempenho das suas atividades, em cumprimento das deliberações do COMUS e promover o apoio necessário às mesmas;

VI - Submeter ao Secretário do COMUS e ao Plenário, relatório das atividades do COMUS do ano anterior, no primeiro trimestre de cada ano;

VII - Acompanhar e agilizar as publicações das Resoluções do Plenário ;

VIII - Convocar as Reuniões do COMUS e de suas Comissões e Grupos de Trabalho, de acordo com os critérios definidos neste Regimento;

IX - Exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Presidente do COMUS assim como pelo Plenário;

X – Delegar competências.

Art. 30 - A **Comissão Executiva** contará com 2 (dois) representantes dos usuários, 1 (hum) representante dos trabalhadores da saúde e 1 (hum) público privado representante dos gestores, indicados entre seus pares.

Parágrafo único - Os nomes indicados pelos respectivos segmentos serão eleitos no Plenário do COMUS, por maioria simples.

CAPÍTULO V

- DISPOSIÇÕES GERAIS -

Art. 31 - O COMUS poderá organizar mesas-redondas, oficinas de trabalho e outros eventos que congreguem áreas do conhecimento e tecnologia, visando subsidiar o exercício das suas competências, tendo como relator um ou mais Conselheiros por ele designado(s).

Art. 32 - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão dirimidas pelo Plenário do COMUS.

Art. 33 - As Comissões e os Grupos de Trabalho poderão convidar qualquer pessoa ou representante de órgão municipal, estadual ou federal, empresa privada, sindicato ou entidade civil, para comparecer às reuniões e prestar esclarecimentos desde que aprovado pelo Plenário e que não impliquem em custos não previstos no orçamento do COMUS;

Art. 34 - O presente Regimento Interno entrará em vigor na data da sua publicação, só podendo ser modificado por *quorum* qualificado de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 35 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guaratuba, 24 de abril de 2008.